

FREQUÊNCIA DE ACESSO À INTERNET SOB UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DIGITAL

Laérgia Mirelly Porpino Lages; Maria de Fátima Camarotti

Universidade Federal da Paraíba, laergiamplages@gmail

Resumo

A utilização de recursos digitais em todos os segmentos sociais é uma realidade que não pode ser ignorada principalmente pela escola. A sociedade atual vem dando destaque à questão da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), sobretudo os computadores e celulares, entretanto, vale ressaltar que apenas possuir o recurso tecnológico não proporciona a inclusão digital. O referente artigo tem como principal objetivo investigar a situação socioeconômica, a disponibilidade de recursos digitais e a frequência que os alunos acessam a internet para diversos fins. Fundamentando-se na pesquisa qualitativa, contou com a participação de 70 alunos distribuídos nas três séries do ensino médio de uma Escola Estadual localizado em uma comunidade carente do município de João Pessoa-PB. Utilizou-se a aplicação de questionário como forma de coleta de dados. De acordo com a análise das respostas, constatou-se que 64,28% dos alunos participantes, possuem renda familiar de até um salário mínimo, enquanto 35,71% dos alunos possuem renda familiar que varia de um a três salários mínimos. Observou-se ainda, que 91,42% dos alunos possuem celulares com acesso à internet e apenas 34,28% dos alunos possuem computadores em casa. De acordo com as respostas percebeu-se que as frequências mais elevadas de acessos à internet são para navegar em Chats e Redes Sociais, respectivamente. Para atender ao novo aspecto educacional referente à inclusão digital, as escolas devem estar preparadas para formular uma educação motivadora, transformadora e inclusiva. Conhecer a percepção e a realidade econômica dos alunos, trás a possibilidade de lançar propostas de mudanças para tornar o espaço escolar cada vez mais acessível e inclusivo para os todos.

Palavras-chave: Inclusão Digital, Situação Socioeconômica, Internet.

Introdução

Atualmente, muitas escolas públicas e privadas possuem salas de informática, equipadas com computadores, data-show, internet wi-fi, e outras tecnologias digitais. A implantação dessas salas teve como base a ideia de que para acontecer a inclusão digital nas escolas bastava equipá-las com computadores, ideia essa que foi logo refutada devido ao abandono e sucateamento desses equipamentos. Mas o que ocorreu? Por que não utilizar a sala de informática como apoio pedagógico? A inclusão digital é um processo que envolve muito mais do que a simples oferta de equipamentos e tecnológicos, ultrapassa os limites da simples instalação de laboratório de informática, da concessão do uso da internet e/ou permitir o aprendizado do uso de softwares e hardwares. “Somente colocar computadores nas mãos das pessoas ou vendê-los a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital. É preciso ensiná-las a utilizá-los em benefício próprio e coletivo” (REBÊLO, 2005, p.2).

Nessa perspectiva, Santos (2006, p.14-15), afirma:

Inclusão digital é uma faceta particular das questões de inclusão social, não se podendo empreender a primeira na ausência da segunda. Por outro lado, a inclusão (digital ou social) é par da exclusão (idem), sendo a própria exclusão social uma manifestação particular das desigualdades sociais, sobretudo das desigualdades que se expressam sob o rótulo da pobreza.

Partindo desse pressuposto, Santos (2015), afirma que “a inclusão digital está intimamente ligada a inclusão social, pelo fato de haver uma democratização do acesso à informação, disponibilizando tecnologia à população”. Acredita-se, portanto, que a problemática que envolve a exclusão digital, vem acompanhado por diversos tipos de obstáculos de ordem econômica, social cultural, interesses políticos, e outros (GOMES, 2002).

Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2016: dividendos digitais, disponibilizado pela revista Veja (2016), metade da população brasileira está offline, ou seja, 98 milhões de brasileiros ainda não tem acesso à internet. A revista cita que segundo os autores do documento, Deep Mishra e Uwe Deichman, os benefícios da rápida expansão digital estão sendo mais bem aproveitadas por “pessoas de maior renda, qualificadas e influentes”. Além disso, os autores Deep Mishra e Uwe Deichman (2016), destacam que “Os benefícios totais da transformação da informação e comunicação somente se tornarão realidade se os países continuarem a melhorar seu clima de negócios, investirem na educação e saúde de sua população e proverem a boa governança”.

É de conhecimento de todos que apesar do grande número de pessoas que ainda continuam sem acesso a internet, os aparelhos eletrônicos chegam cada vez mais cedo nas mãos de jovens e adolescentes. De 1994 para 2001, o Brasil pulou de 14 milhões e 400 mil telefones para 75 milhões, entre os de uso público, celulares e fixos (GOMES, 2002).

Hoje em dia, não cabe mais a discussão sobre a importância do uso de novas tecnologias no cotidiano escolar, e que muitas vezes a escola passa a orientar seus alunos para que de fato eles estejam inseridos em uma realidade digital. Pois como foi visto, exclusão digital não é apenas não ter acesso à internet e as novas tecnologias. Promover a inclusão digital é permitir ao cidadão o desenvolvimento de habilidades que vão de tarefas básicas, como escrever e-mails e reconhecer um spam, a atividades complexas (ASSUMPCÃO; MORI, 2006).

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a inclusão digital e a frequência de acesso à internet para diversos fins. Tendo como objetivos específicos: a) Avaliar a percepção dos alunos sobre o termo inclusão digital; b) Identificar as condições socioeconômicas dos alunos; c) Identificar a frequência que os alunos utilizam computadores e celulares com acesso à internet; d) Verificar as principais razões que levam os alunos a acessarem a internet.

Metodologia

Esse trabalho fundamenta-se na Pesquisa Quali-Quantitativa, segundo Falcão e Régner (2000), durante a análise dos dados “a informação que não pode ser diretamente visualizada a partir de uma massa de dados poderá sê-lo se tais dados sofrerem algum tipo de transformação que permita uma observação de um outro ponto de vista”. Eles ressaltam que “a quantificação abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho”. Marconi e Lakatos (2004) defendem que a Pesquisa Qualitativa, trata-se de uma pesquisa que tem como foco, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, dando ênfase na subjetividade, admitindo ao pesquisador o direito de exercer influência sobre a situação da pesquisa.

O público alvo foram alunos das três séries do ensino médio de uma Escola Estadual do município de João Pessoa-PB. A escola participante da pesquisa fica localizada em uma área de periferia, cujo bairro é formado por famílias de baixa de renda. Em geral, a escola atende alunos do

bairro e arredores. Para a coleta de dados foi aplicado questionários com questões objetivas e subjetivas.

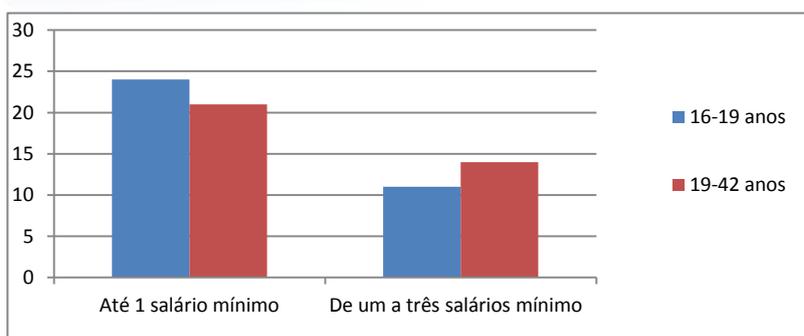
Foram utilizados os programas da Microsoft Word e Excel para estruturar e classificar adequadamente os dados obtidos.

Resultados e Discussão

A escola participante da pesquisa foi escolhida exatamente por estar inserida em uma comunidade carente, e atender alunos com uma situação socioeconômica de baixa renda. Foram obtidos um total de 70 questionários, sendo 35 do turno da manhã e 35 do turno da noite.

Após a análise quantitativa dos dados, constatou-se que os alunos do turno da manhã têm idades que variam de 15 e 19 anos, dentre eles, 24 possuem renda familiar de até um salário mínimo enquanto 11 alunos possuem renda familiar que variava de um a três salários mínimos. Já os alunos do turno da noite têm idades que variam entre 19 e 42 anos, dentre eles, 21 possuem renda familiar de até um salário mínimo e 14 possuem renda familiar que varia de um a três salários mínimos (**Gráfico 1**). Tanto no turno da manhã quanto no turno da tarde observou-se que a média de moradores é de quatro pessoas por casa.

Gráfico 01 - Variação das idades e renda familiar dos alunos das três séries do ensino médio da escola pesquisada.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

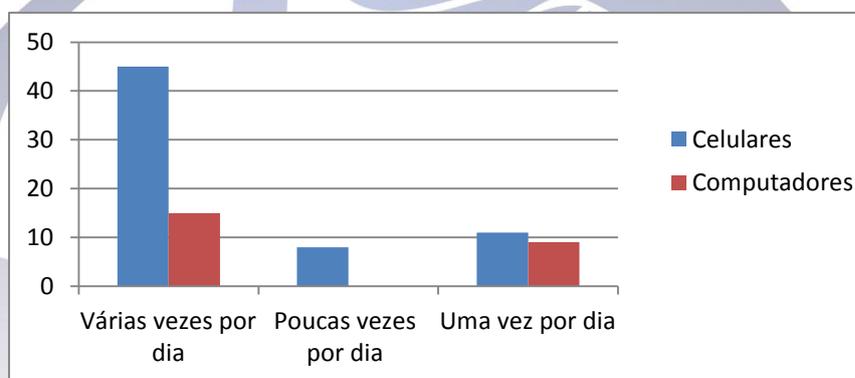
Inicialmente, foi questionado aos alunos se eles possuíam celulares com acesso à internet e com qual frequência esse recurso era utilizado. Dos 70 alunos participantes, 64 responderam que possuem celular com acesso à internet, dentre eles 17,18% responderam que acessam a internet pelo

celular pelo menos uma vez por dia, 12,5% acessam poucas vezes por dia, e 70,31% responderam que acessam várias vezes por dia.

Segundo a pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (Cetic.br, 2014), “em 2013, os celulares correspondiam a 53% dos acessos (contra 71% de desktops), e em 2014 o número passou para 82%”.

Quando questionados se possuíam computadores com acesso à internet em casa, apenas 24 responderam que sim. Dentre eles 37,5% responderam que acessam a internet pelo menos uma vez por dia e 62,5% acessam a internet várias vezes por dia (**Gráfico 2**).

Gráfico 02 - Respostas dos alunos das três séries do ensino médio da escola pesquisada, sobre a frequência de acesso a internet utilizando o celular e o computador.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O Site EBC Agência Brasil (2015) afirma que segundo a pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic) realizado em 2015, “Em 50% dos domicílios, há poucos acessos à rede. Porém, são apontadas desigualdades regionais. Enquanto o índice de lares com internet fica entre 55,1% e 60% no Sudeste, o percentual nas regiões do Norte e Nordeste está entre 35% e 40%”. A partir da mesma pesquisa têm-se que “Entre as residências da classe A, 98% têm conexão, 82% nas da classe B, 48% na classe C e 14% nas D e E. O custo elevado do serviço é um dos motivos apontados por 49% dos que não têm internet em casa. O segundo fator citado é a falta de computador (47%)”.

Nessa perspectiva, fazendo uma análise comparativa, observou-se que apenas 34,28% dos alunos responderam que possuem computador em casa, provando que o índice está abaixo do estimado pelo Cetic.

A pesquisa iniciou-se com esse levantamento de dados com o objetivo de avaliar a situação socioeconômica dos participantes, quais recursos tecnológicos eles possuíam para acessar a internet e com qual frequência isso ocorria. Feito isso, partiu-se para o questionamento sobre para quais finalidades que os alunos utilizavam a internet, correlacionando com a frequência de acesso (**Quadro 1**), os números indicam a quantidade de alunos que marcaram as alternativas correspondentes.

Quadro 1 - Respostas dos alunos das três séries da escola pesquisada, sobre a frequência que eles costumam acessar a internet para os devidos fins.

		Nunca	Raramente	De vez em quando	Frequentemente	Muito frequentemente
Com qual frequência você costuma acessar a internet para os devidos fins?	Redes sociais	05	08	19	13	25
	Chats	05	08	12	11	34
	Email	21	39	07	03	0
	Jogos	18	19	27	0	06
	Pesquisas escolares	05	12	33	11	09
	Pesquisas em Geral	05	16	25	15	09

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

De acordo com as respostas dos alunos percebeu-se que as frequências mais elevadas de acessos à internet são para navegar em Chats e Redes Sociais, respectivamente. Esse resultado corroborou com a pesquisa realizada pela Cetic (2014), citado pelo site EBC Agência Brasil (2015), que diz “O envio de mensagens instantâneas por redes sociais ou aplicativos é a atividade mais realizada pelos usuários de internet (83%). Participar de redes sociais é razão do acesso de 76% dos usuários”.

Quando questionados sobre a frequência de acessos à internet com o objetivo de fazer pesquisas escolares, os alunos em sua maioria, responderam que acessavam de vez em quando, seguido por raramente. O mesmo aconteceu quando questionados sobre a frequência de acesso para fazer pesquisas em geral. Nessa perspectiva, constatou-se uma discrepância dos resultados, comparados aos dados da pesquisa realizada pela Cetic (2015), citado pelo site UOL (2015), afirma

que, “fazer trabalhos escolares é a segunda atividade mais feita na internet, com 68% dos jovens admitindo que usam a rede para ajudar na escola”.

Na pergunta subjetiva, o aluno era questionado a descrever sucintamente sua percepção sobre, o que é a inclusão digital. Dos 70 participantes da pesquisa, apenas três responderam:

“- Ser incluído com as tecnologias com redes sociais e etc.”

“- É incluir o jovem em serviços online”.

“- É incluir as pessoas que não tem acesso à internet e que não tem como comprar um celular ou um computador”.

Para De Luca (2004, p. 9) “a inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente, que torne o indivíduo capaz de decidir quando, como e para que utilizá-la”. A análise dos dados apresentou que apenas 4,28% dos participantes da pesquisa responderam a primeira pergunta subjetiva, e 0% responderam a segunda pergunta subjetiva cujo questionamento era se eles se sentiam incluídos digitalmente. Durante a aplicação dos questionários, observou-se que os alunos demonstravam muita dificuldade em interpretar as perguntas e formular respostas lógicas.

Nessa perspectiva, Cruz (2004, p. 13), afirma que:

Para ser incluído digitalmente, não basta ter acesso a micros conectados à Internet. Também é preciso estar preparado para usar estas máquinas, não somente com capacitação em informática, mas com uma preparação educacional que permita usufruir de seus recursos de maneira plena.

Partindo desse pressuposto, acredita-se que apenas oferecer o recurso tecnológico e ensinar como usá-los, não torna o aluno um cidadão incluído digitalmente. Acredita-se que a preparação deve ser desde os primórdios da educação e não tão somente no que diz respeito ao meio digital. Essa posição está em acordo com Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002), que afirmam que, “não poderá haver sociedade da informação sem cultura informacional e que o maior problema da inclusão digital não é a falta de computadores, mas o analfabetismo em informação”.

Pensando em diminuir a exclusão digital, o Governo Federal de acordo com o Decreto nº. 5.542, de 02 de setembro de 2005, instituiu, no âmbito do Programa 7 de Inclusão Digital, o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos. Esse projeto tem por objetivo conforme descrito no seu art. 1º



[...] promover a inclusão digital mediante a aquisição em condições facilitadas de soluções de informática constituídas de computadores, programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento, observadas as definições, especificações e características técnicas mínimas estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Entretanto, essa não é a realidade encontrada nessa pesquisa, onde apenas 34,28% dos participantes da pesquisa, assumiram ter computadores. Outro fato alarmante é no que diz respeito a equipar as escolas com recursos tecnológicos e mantê-los, “- O laboratório de informática da escola foi desativado esse ano por falta de manutenção nos computadores, mas mesmo quando eles estavam funcionando, os alunos não utilizavam”, afirmou um funcionário da escola que preferiu não se identificar.

Nessa perspectiva, acredita-se que muitos professores não incentivavam o uso do laboratório de informática, Mercado (2002), afirma ainda, em seus estudos, que é preciso preparar os professores para usar adequadamente as tecnologias. Nesse mesmo seguimento, Moran (2013, p. 89-90) diz que:

Os alunos estão prontos para a multimídia, os professores, em geral, não. Os professores sentem cada vez mais claro o descompasso no domínio das tecnologias e, em geral, tentam segurar o máximo que podem, fazendo pequenas concessões, sem mudar o essencial. Creio que muitos professores têm medo de revelar sua dificuldade diante do aluno. Por isso e pelo hábito mantêm uma estrutura repressiva, controladora, repetidora. Os professores percebem que precisam mudar, mas não sabem bem como fazê-lo e não estão preparados para experimentar com segurança.

Nesse sentido, a escola e o professor, possuem papéis importantes para a formação de cidadãos críticos e bem informados, inclusive nos âmbitos tecnológicos e digitais. Entretanto, é preciso levar em conta indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, com limitações físicas e idosos. Uma ação prioritária deveria ser voltada às crianças e jovens, pois constituem a próxima geração. A exclusão sócio-econômica desencadeia a exclusão digital ao mesmo tempo que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica. Note que a educação é um processo e a inclusão digital é elemento essencial deste processo.

Conclusão

Devido aos avanços e as novas demandas tecnológicas, tem sido compartilhado aos quatro cantos do Brasil a necessidade de se fazer a inclusão digital para aqueles indivíduos que não têm acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), como são mais conhecidas. Três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TIC, renda e educação. Ou seja, não basta equipar as escolas com computadores e tablets, é necessário que se estabeleça planejamentos prévios de capacitação de professores e funcionários para o uso dos mesmos. Também se deve levar em consideração o meio sócio-econômico o qual o aluno está inserido, entendendo a relevância dessa demanda educacional no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem e a inserção de conhecimentos digitais.

A presente pesquisa mostrou que há uma discrepância entre a frequência de acessos a internet para fins educativos comparados com a frequência de acessos para fins ocupacionais. A internet é um mundo aberto e disponível apenas para uma pequena porcentagem da população carente, e isso apóia a ideia que a escola possui um valioso papel na integração social e para que ocorra de fato a inclusão digital. É preciso orientar toda a classe discente sobre a importância do uso de recursos digitais principalmente para fins educativos. Além disso, cabe ao Poder Público fornecer apoio tecnológico com ações corporativas que contribuem para a prática de responsabilidade social, favorecendo a inclusão digital e, conseqüentemente, a social.

Referências

ASSUMPÇÃO, R.; MORI, C. **Inclusão digital: discursos, práticas e um longo caminho a percorrer.** 2006. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/noticia/inclusao-digital- discursos-praticas-e-um-longo-caminho-a-percorrer>> Acessado em: 24 maio 2016.

CETIC.BR. **TIC Kids Online Brasil.** Disponível em:< <http://cetic.br/pesquisa/kids-online/>> Acessado em: 24 maio 2016.

CRUZ, R. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital.** São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

DECRETO nº. 5.542. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5542.htm> Acessado em: 27 maio 2016.

DE LUCA, C. O que é Inclusão Digital ?. In: CRUZ, R. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital.** São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

EBC. **Agência Brasil**. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2015-09/815-milhoes-de-brasileiros-acessam-internet-pelo-celular-aponta>> Acessado em: 24 maio 2016.

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio./ago. 2000.

GOMES, E. **Exclusão Digital** : Um problema tecnológico ou social? Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro. ano 2 - nº especial - dezembro 2002.

MERCADO, L.P.L. et al. **Novas tecnologias na educação**: reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL, 2002.

MORAN, J. **A Educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 5.ed. Campinas: Papirus, 2013.

REBÊLO, P. **Inclusão digital**: o que é e a quem se destina. Reportagem publicada em 12/05/2005. Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br/2005/05/12/inclusaodigital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

SANTOS, S. E. **Desigualdade social e inclusão digital no Brasil**. 2006. 228f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, V. B. MENDES, F. R. **Projeto de apoio à inclusão digital e cidadania**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/projeto_de_apoio_a_inclusao_digital_e_cidadania.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

TARAPANOFF, K; SUAIDEN, E; OLIVEIRA, C. L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em: < vel em: . Acesso em: 2 ago. 2004.

THE WORLD BANK. **Digital Revolution Needs Offline Help to Realize Its Potential** Disponível em: < <http://www.worldbank.org/en/news/feature/2016/01/13/digital-revolution-needs-offline-help-to-realize-its-potential>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

UOL notícia **Tecnologia**. Disponível em:>
<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/07/28/80-dos-jovens-e-criancas-acessam-a-internet-pelo-celular-todos-os-dias.htm>> Acessado em: 24 maio 2016.

VEJA.COM. **Metade da população brasileira não tem acesso à internet**. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/metade-da-populacao-brasileira-nao-tem-acesso-a-internet>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

